

Avaliação Externa das Escolas **Relatório de escola**

Agrupamento de Escolas de Bucelas

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo da IGE

Datas da visita: 21 a 23 de Janeiro de 2009

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas de Bucelas** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **21 e 23 de Janeiro de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em:
www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Bucelas (AGEB) tem sede na Escola Básica Integrada de Bucelas, freguesia de Bucelas e concelho de Loures. Embora a Freguesia tenha uma tradição agrícola, hoje em dia a população activa está ligada, maioritariamente, ao sector terciário (83%). Em termos médios, o envelhecimento da população tem vindo a acentuar-se.

O Agrupamento de Escolas de Bucelas iniciou a sua actividade no ano lectivo 2004/2005, integrando, actualmente a Escola Básica Integrada de Bucelas, onde são leccionados os 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (CEB), três Jardins de Infância (JI) - Bucelas, Vila de Rei e Chamboeira e quatro Escolas do 1.º CEB - Bemposta, Freixial, Santo Antão do Tojal e Vila de Rei. Frequentam o Agrupamento 591 alunos, agrupados em 33 grupos/turmas: 93 crianças na Educação Pré-Escolar - 4 grupos; 182 alunos no 1.º CEB - 13 turmas; 132 alunos no 2.º CEB - 6 turmas e 184 no 3.º CEB - 8 turmas. Além dos grupos/turmas do ensino regular, funcionam ainda duas turmas (16 alunos) de Cursos de Educação Formação (CEF- Tipo 2), um de "Práticas Técnicas Comerciais" e outro de "Técnicas de Informática".

A maioria dos alunos tem nacionalidade portuguesa, 92%. De referir que 25% dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos não residem na freguesia de Bucelas. No que diz respeito à Acção Social Escolar, a taxa de alunos que beneficia de auxílios económicos é actualmente de 48%. Quanto às habilitações dos Encarregados de Educação (EE) a maioria (53%) tem o 1.º ou o 2.º ciclo do ensino básico.

Dos 72 docentes, com uma média de idades de 40 anos, 9 são professores titulares. Cinco exercem a sua actividade profissional nos JI, dezoito no 1.º CEB e quarenta e nove no 2.º e 3.º CEB. Relativamente ao vínculo laboral, 56,9% pertencem ao quadro de escola, 19,5% ao quadro de zona pedagógica e 23,6% são contratados.

Quanto ao vínculo laboral do corpo não docente, verifica-se que 12,2% pertence ao quadro distrital de vinculação de Lisboa, 11,7% tem contrato de trabalho a termo resolutivo certo e 9,7% tem contrato individual de trabalho a tempo indeterminado. Este corpo é constituído por 5 assistentes técnicos (anteriormente designados administrativos), e 29 assistentes operacionais (anteriormente designados auxiliares de acção educativa).

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

BOM

Na educação pré-escolar é realizado um Registo de Avaliação Individual comum a todos os grupos. Nos três ciclos do ensino básico é feito o tratamento e análise dos resultados escolares. Nas provas de aferição dos 4.º e 6.º anos, no ano lectivo de 2007/2008, as classificações obtidas pelos alunos aproximaram-se das médias nacionais. No triénio 2005-2008, nos exames de 9.º ano, na disciplina de Matemática, as médias das classificações obtidas foram superiores às nacionais, o mesmo não se verificou na disciplina de Língua Portuguesa.

No sentido de colmatar o insucesso e melhorar a qualidade das aprendizagens aderiu, designadamente, ao Plano de Acção para a Matemática e ao Plano Nacional de Leitura. Implementou os Cursos de Educação e Formação, indo ao encontro das expectativas de parte da comunidade educativa.

O Agrupamento promove o desenvolvimento cívico dos alunos envolvendo-os em várias actividades da comunidade educativa. No entanto, os alunos não participaram na elaboração e discussão do Projecto Educativo, nem no Projecto Curricular do Agrupamento. Para reconhecer os que se destacam tanto ao nível das atitudes como do sucesso instituiu os Quadros de Valor e Excelência.

O Agrupamento detecta, tão cedo quanto possível, comportamentos mais desajustados encaminhando os alunos para a tutoria ou, em caso de situações mais problemáticas, para um acompanhamento mais especializado. O empenho e a disponibilidade dos directores de turma, no apoio e no acompanhamento dos alunos, têm contribuído para a redução da indisciplina.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

Há articulação curricular entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico, o mesmo não sucedendo entre este e os restantes ciclos, o que compromete a sequencialidade das aprendizagens. A articulação interdisciplinar é pontual, em alguns departamentos, restringindo-se principalmente aos conselhos de turma, na elaboração dos projectos curriculares de turma.

As planificações, os materiais produzidos e os instrumentos utilizados na avaliação dos alunos são monitorizados pelos coordenadores dos departamentos e, independentemente das suas especificidades, verifica-se que os instrumentos de trabalho produzidos são partilhados.

Existe resposta educativa adequada para os alunos com dificuldades de aprendizagem e para as crianças e alunos identificados com necessidades educativas especiais. A articulação entre os professores da educação especial e de apoio educativo com os directores de turma, com os professores e com os pais e encarregados de educação dos alunos apoiados é consistente.

A oferta curricular do Agrupamento apresenta alguma diversidade decorrente do desenvolvimento de projectos/programas. Em resposta ao desenvolvimento empresarial do Concelho oferece como segunda língua a disciplina de Espanhol, a partir do 7.º ano.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

No Projecto Educativo do Agrupamento estão identificadas as linhas orientadoras, as metas e os objectivos. O Projecto Curricular do Agrupamento contempla a educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico. Este documento está articulado com os princípios consignados no Projecto Educativo, tal como o Plano Anual de Actividades.

O planeamento do ano lectivo está sustentado num diagnóstico que atende aos recursos humanos e materiais e aos resultados escolares. Na Escola Sede, a falta de espaços exteriores cobertos foi minimizada com a colocação de dois toldos num dos pátios e com a reorganização do *hall* de entrada. Não existem espaços cobertos para a prática da Educação Física.

O Conselho Executivo reúne periodicamente com os representantes de pais e encarregados de educação das turmas, ao longo do ano, para os levar a participar mais na vida escolar dos seus educandos e promove o desenvolvimento de actividades para envolver a comunidade educativa na vida do Agrupamento.

Os responsáveis regem-se por princípios de equidade e justiça, dando especial atenção à inclusão de todos os alunos, como prevenção do abandono escolar.

4. LIDERANÇA

BOM

O Conselho Executivo tem uma visão prospectiva do desenvolvimento do Agrupamento e tem implementado algumas medidas inovadoras. Os diferentes responsáveis estão motivados e empenhados no desenvolvimento de tarefas na sua área de acção e mobilizam-se para atingirem os objectivos traçados.

O Agrupamento estabeleceu parcerias, em áreas que favorecem e mobilizam os alunos, e conta com uma participação activa e empenhada dos parceiros.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

BOM

O Agrupamento tem vindo a analisar os resultados dos alunos, nos últimos anos. Mais recentemente iniciou um processo de auto-avaliação, tendo constituído uma equipa de trabalho, que aplicou questionários aos vários intervenientes do processo educativo, com o objectivo de conhecer o grau de satisfação relativamente à organização, gestão e administração do Agrupamento e produziu o relatório que identificou pontos fortes e fracos, em algumas áreas do seu funcionamento. No entanto, a reduzida abrangência deste processo e a falta de um plano de melhoria fragilizam a capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

No que respeita à Educação Pré-Escolar é realizado um Registo de Avaliação Individual comum a todos os grupos, onde são registadas as aquisições que as crianças vão fazendo ao longo do seu percurso educativo, nas diferentes áreas a desenvolver, com base nas Orientações Curriculares, que é dado a conhecer aos pais e encarregados de educação, trimestralmente.

No ano lectivo de 2007/2008, com base nos dados constantes do perfil do Agrupamento e nos que foram disponibilizados pelo Conselho Executivo (CE), as taxas de transição nos 2.º e 3.º anos de escolaridade foram de 87,3% e 93,5%, respectivamente e a taxa de conclusão do 4.º ano foi de 87,9%. A taxa de transição/conclusão no 1.º CEB foi 92,2%. Nas provas de aferição do 4.º ano, de Língua Portuguesa e de Matemática, as taxas das classificações iguais ou superiores a satisfaz foram de 84,9% e 80%, respectivamente, tendo sido ambas bastante inferiores às médias nacionais (89,5% e 90,8% respectivamente). Analisando os dados disponibilizados pelo CE, constata-se que a taxa de conclusão do 1.º CEB decresceu de 2005/2006 para 2006/2007 e aumentou de 2006/2007 para 2007/2008.

Em 2007/2008 as taxas de transição/conclusão, nos 5.º e 6.º anos de escolaridade foram de 87,3% e 90,7%, respectivamente. A taxa de sucesso do 2.º ciclo foi de 89%. As classificações nas provas de aferição do 6.º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, foram 100% e 81%, respectivamente, tendo sido a classificação na disciplina de Língua Portuguesa superior à média nacional, em 6,6%, enquanto que na da disciplina de Matemática foi ligeiramente inferior (- 0,8%).

Em 2007/2008 as taxas de transição/conclusão no 3.º CEB foram de 66,2% no 7.º ano, 84,8% no 8.º ano e 80,5% no 9.º ano. A taxa de sucesso neste ciclo foi de 77%. Nos anos lectivos de 2005/2006, de 2006/2007 e de 2007/2008, as médias das classificações nos exames do 9.º ano de escolaridade na disciplina de Língua Portuguesa (2,8; 3,3 e 3,1 respectivamente) foram superiores às médias nacionais em 2006 e 2007 e inferiores a essa média em 2008 (2,7; 3,2 e 3,3 respectivamente). Na disciplina de Matemática, nos anos lectivos de 2005/2006, de 2006/2007 e de 2007/2008, as classificações médias nos exames do 9.º ano (2,6; 2,3 e 2,8 respectivamente), foram superiores às médias nacionais em 2006 e 2007 e inferiores a essa média em 2008 (2,4; 2,2 e 2,9 respectivamente). Analisando os dados disponibilizados pelo CE, no triénio de 2005 a 2008, houve melhoria nas taxas de conclusão no 3.º CEB.

O AGEB analisa os resultados escolares dos seus alunos o que lhe permitiu identificar as disciplinas de menor sucesso (Língua Portuguesa, Matemática e Inglês, nos 2.º e 3.º CEB). No sentido de colmatar o insucesso e melhorar a qualidade das aprendizagens adериu, designadamente, ao Plano de Acção para a Matemática, ao Plano Nacional de Leitura, ao Programa “Computadores, Rede e Internet na Escola” (CRIE) e implementou os Projectos Einstein/Sala de Estudo e Tutorias. Por outro lado, investiu na implementação dos Cursos de Educação Formação (CEF) no sentido de assegurar que uma

faixa dos seus alunos, fora da escolaridade obrigatória, possa terminar essa escolaridade e ingressar no mercado de trabalho. A taxa de conclusão do CEF em 2007/2008 foi de 100%.

A taxa de abandono escolar, segundo as informações fornecidas pelo Agrupamento é residual.

O AGEB tem comparado, formalmente, os resultados escolares obtidos com os de outras Escolas/Agrupamentos, o que tem contribuído para o enriquecimento da reflexão interna.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Os alunos conhecem o Regulamento Interno (RI) que lhes é entregue e explicado pelos directores de turma (DT). No entanto não foram envolvidos na elaboração do Projecto Educativo do Agrupamento (PEA) do biénio de 2006/2008, nem no Projecto Curricular do Agrupamento (PCA). A área curricular não disciplinar de Formação Cívica nos 1.º, 2.º e 3.º CEB tem sido um espaço de debate e análise de situações relacionadas com diversos temas, como por exemplo, educação ambiental, cidadania e sexualidade. A Associação de Estudantes do Agrupamento encontra-se em fase de constituição.

No Clube de Comunicação são dinamizados pelos discentes, sob a orientação dos seus professores, o jornal do “Bucelinhos” e o rádio EBIBU, que reforçam os laços sociais entre os vários actores da comunidade educativa.

O Agrupamento promove o desenvolvimento cívico dos alunos dos CEF envolvendo-os em várias actividades da comunidade educativa designadamente na montagem de exposições e na reparação de material informático.

No sentido de reconhecer os alunos que se destacam tanto ao nível das atitudes como do sucesso académico, o Agrupamento instituiu os Quadros de Valor e Excelência, que estão afixados em local visível, de modo a que a comunidade tenha conhecimento dos mesmos.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

Existe um bom relacionamento entre alunos, pessoal docente e não docente e é feita a monitorização dos casos de indisciplina, que, devido às medidas implementadas, tem vindo a decrescer. Nos casos em que ocorrem comportamentos de indisciplina na sala de aula, os alunos são encaminhados para a Biblioteca/Centro de Recursos Educativos (BE/CRE), espaço onde executam o trabalho que o professor, antes de abandonarem a turma, lhes destina.

O AGEB procura detectar tão cedo quanto possível comportamentos mais desajustados, nomeadamente com a intervenção dos DT que se empenham e disponibilizam para apoiar e acompanhar os seus alunos, o que tem contribuído para a redução da indisciplina. Em Conselho de Turma (CT) são identificados os alunos que revelem comportamentos mais desajustados, que são encaminhados para a Tutoria, onde, em grupo (não superior a quatro) ou individualmente, é desenvolvido um trabalho de acompanhamento ao aluno. As situações mais problemáticas, que necessitem de um acompanhamento mais especializado, são encaminhadas para a psicóloga da Junta de Freguesia de Bucelas (JFB) ou para a Resposta Integrada de Apoio Social (RIAS) que, graças às valências de Assistente Social e Psicóloga, dão resposta a estes casos.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

As expectativas relativamente ao futuro académico não são elevadas, para grande parte dos alunos e dos seus encarregados de educação. De forma a responder às expectativas de grande parte da população escolar, que se traduzem, na maioria das vezes, no acesso ao mercado de trabalho a curto prazo, o Agrupamento criou duas turmas de CEF. Todavia, o empenhamento por parte dos professores e órgãos de gestão no acompanhamento dos alunos, bem como no desenvolvimento de diversas iniciativas, nomeadamente a participação em projectos que visam a melhoria do sucesso, tem contribuído para fomentar a valorização das aprendizagens dos alunos, estimulando o sucesso académico e educativo.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

A articulação curricular entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º CEB é assegurada pelas coordenadoras dos conselhos de docentes, sendo reforçada, regularmente, de modo informal, pelas educadoras e pelas professoras titulares de turma.

Nos departamentos curriculares, independentemente das suas especificidades, verifica-se que os instrumentos de trabalho produzidos são partilhados. A articulação dos conteúdos das disciplinas/áreas curriculares acontece formalmente em alguns departamentos, nomeadamente no Departamento de Línguas. No entanto, entre ciclos, a articulação curricular, faz-se de forma pontual e informal.

Os docentes, em conselho de turma, desenvolvem uma articulação que permite planificar actividades que envolvem as várias disciplinas e que são pensadas para contribuir para a concretização do projecto curricular de cada turma.

A orientação vocacional aos alunos do 9.º ano é feita por uma psicóloga da Junta de Freguesia de Bucelas.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

Em Departamento é feito o acompanhamento dos docentes ao nível da planificação da actividade lectiva, dos materiais produzidos e dos instrumentos utilizados nas diferentes modalidades de avaliação. No caso de eventuais dificuldades no desempenho docente, este é apoiado pelo coordenador com vista à superação das mesmas. Os coordenadores dos diferentes departamentos curriculares não têm tido a prática de supervisionar as actividades lectivas em sala de aula.

Os resultados académicos são analisados e reflectidos tanto em Conselho de Turma como em Departamento, bem como em Conselho Pedagógico. A partir desta análise e reflexão, são definidas as estratégias com vista à melhoria.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Existem 28 alunos com apoios educativos e 16 com necessidades educativas especiais. Os alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem são apoiados, essencialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Inglês. Para os alunos em risco de retenção ou retidos são elaborados planos de recuperação ou de acompanhamento cuja avaliação é realizada regularmente em CT, sendo reformulados sempre que necessário. O AGEB trata os resultados escolares destes alunos, verificando-se que aqueles a quem foi aplicado um plano de acompanhamento obtêm maior sucesso que aqueles a quem foi aplicado um plano de recuperação o que indicia que as estratégias de diferenciação pedagógica não foram as mais adequadas.

As iniciativas desenvolvidas para proporcionar a integração dos alunos com necessidades educativas especiais têm sido o apoio pedagógico e a pedagogia diferenciada na sala de aula com a presença do docente de ensino especial, que em conjunto com as docentes de apoio educativo têm desenvolvido uma estreita articulação com os DT, com os respectivos professores e pais e encarregados de educação, respondendo às necessidades educativas dos alunos que apoiam.

Os docentes do Ensino Especial, têm dispositivos de acompanhamento e avaliação dos resultados escolares destes alunos com vista à reformulação de estratégias a implementar. As medidas já implementadas traduziram-se na melhoria dos resultados escolares.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A oferta curricular do Agrupamento apresenta alguma diversidade, nomeadamente com o desenvolvimento de vários projectos que contribuem para a valorização dos conhecimentos e da aprendizagem dos alunos. As Actividades de Enriquecimento Curricular oferecidas ao 1.º CEB são a Oficina Criativa e a Música. No 3.º CEB para além da Educação Visual e da Educação Tecnológica, o Agrupamento oferece a disciplina de Música. O 7.º ano iniciou, no presente ano lectivo, a aprendizagem da disciplina de Espanhol, em substituição da disciplina de Francês, como resposta às necessidades decorrentes do parque empresarial do Concelho.

As actividades, no âmbito do ensino experimental das ciências, são desenvolvidas desde a Educação Pré-Escolar até ao 3.º CEB. O desdobramento nas disciplinas de Ciências Naturais e de Ciências Físico-Químicas permite a realização de experiências que contribuem para uma atitude positiva dos alunos face à metodologia científica.

No Plano Anual de Actividades (PAA) estão previstas visitas de estudo para estimular os alunos a participarem em actividades culturais e para conhecerem e se ambientarem a outras realidades diferentes do contexto onde vivem.

A existência do Clube do Bombeiro desperta os alunos para os saberes práticos e para as actividades profissionais.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O PEA, elaborado para o biénio 2006/2008, foi revisto no final desse período e alargado a 2008/2009. Nele são identificadas as linhas orientadoras, as metas e os objectivos.

No PCA, que contempla a educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico, estabelecem-se as orientações para a elaboração dos projectos curriculares de turma e para a leccionação das áreas curriculares não disciplinares. Este documento está articulado com os princípios consignados no PEA, tal como o PAA.

A Área Curricular não Disciplinar de Estudo Acompanhado é utilizada para reforço das aprendizagens dos alunos. No 2.º CEB está atribuída a dois professores, um da área das ciências e outro das letras. No 3.º CEB procede-se de igual forma se existirem recursos humanos disponíveis, quando tal não acontece é atribuído a um professor da área das ciências.

Os 45 minutos a “decidir pela escola” foram atribuídos à disciplina de História e Geografia de Portugal no 2.º CEB, às disciplinas de Língua Portuguesa no 7.º ano e de Matemática no 8.º ano.

O CE estabelece o planeamento do ano lectivo sustentado por um diagnóstico que atende aos recursos humanos e materiais e aos resultados escolares.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O CE tem em conta as competências pessoais e profissionais dos docentes e não docentes para os afectar a lugares onde apresentem maior produtividade. A integração dos novos docentes é efectuada pelo CE, pelas coordenadoras de estabelecimento e pelos coordenadores de departamento, que lhes dão a conhecer os documentos estruturantes do Agrupamento. De forma a promover uma melhor integração de todos os docentes, no início do presente ano lectivo, realizou-se um almoço de confraternização.

Ultimamente, tem-se verificado uma estabilização do corpo docente o que facilita a gestão de recursos humanos, permitindo que o CE, de acordo com os critérios definidos no PCA, atribua prioritariamente as turmas do 5.º, do 7.º e do 9.º ano a professores do quadro e garanta, dentro do possível, a

continuidade pedagógica. Esta gestão permite que o DT acompanhe a turma, ao longo do seu percurso escolar.

Os Serviços de Administração Escolar estão informatizados e organizados por áreas funcionais. Os trabalhadores, embora afectos a essas áreas, têm capacidade de resposta no caso de ausência de um colega, uma vez que assumem com facilidade outras áreas.

O número de assistentes operacionais revela-se insuficiente em caso de ausência de algum destes elementos e, por isso, foram estabelecidas prioridades nas tarefas que têm de desempenhar nestas circunstâncias.

O AGEB, com base no levantamento de necessidades, elaborou um Plano de Formação, para o pessoal docente e não docente, direccionado para a utilização das novas tecnologias.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

As instalações dos diferentes estabelecimentos são adequadas e encontram-se em bom estado de conservação.

A falta de espaços exteriores cobertos, na Escola Sede, foi minimizada com a colocação de dois toldos num dos pátios e com a reorganização do *hall* de entrada. A BE/CRE e a sala TIC encontram-se devidamente equipadas. Não existem instalações cobertas para a prática da Educação Física, o que prejudica o desenvolvimento das actividades em caso de intempéries. As instalações são adequadas a utentes com mobilidade condicionada.

O órgão de gestão tem aderido a alguns projectos financiados.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

O envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos diminui, gradualmente, à medida que estes progridem nos diferentes ciclos do ensino básico, sendo reduzida nos 2.º e 3.º CEB. A Associação de Pais e Encarregados de Educação participa, activamente, na vida do Agrupamento.

No início de cada ano escolar, em reunião com os EE, o DT distribui um “caderno temático” onde consta, entre outros aspectos, o resumo do RI.

A falta de expectativas em relação à escola, quer por parte dos alunos quer por parte dos encarregados de educação, e a desresponsabilização destes últimos pela vida escolar dos seus educandos, são identificadas como algumas das causas do insucesso escolar. Assim, no sentido de atenuar esta situação, o CE reúne periodicamente com os representantes de pais e encarregados de educação das turmas e, ao longo do ano, desenvolvem-se actividades numa tentativa de envolver a comunidade educativa na vida do Agrupamento, de que são exemplo o Projecto o Euro/Hora, que leva os pais a trabalhar na Escola, a Semana Cultural e a Feira do Livro.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Os responsáveis do Agrupamento regem-se por princípios de equidade e justiça. A criação de turmas CEF constitui uma resposta educativa adequada às características e às necessidades de alguns alunos e dos seus agregados familiares, contribuindo para prevenir o abandono escolar. Têm desenvolvido uma prática de identificação de alunos em situação de carência e/ou risco para resolver ou minimizar essas situações. Quando se revelam mais problemáticas, desencadeiam mecanismos, em parceria com a Câmara Municipal de Loures e com a JFB, no sentido de as colmatar.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

O CE hierarquizou e calendarizou os seus objectivos, delineou estratégias para os concretizar e estabeleceu as prioridades que estão consignadas no PEA.

Tem uma visão prospectiva do desenvolvimento do Agrupamento, que passa pela forte implementação das novas tecnologias aplicadas ao ensino e aprendizagem e pela criação de um Centro de Novas Oportunidades, que permitirá aumentar a valorização das aprendizagens e responder às expectativas da comunidade.

Diversificou a oferta educativa tendo em conta o contexto envolvente e respondendo às expectativas dos alunos e respectivos encarregados de educação.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

O CE e o Conselho Geral Transitório (CGT) estão motivados e empenhados na consolidação das medidas definidas como prioritárias.

Os profissionais do Agrupamento conhecem bem a sua área de acção e implementam estratégias para a melhoria do serviço educativo.

Os encarregados de educação reconhecem a motivação e o empenho com que as educadoras, os professores titulares de turma e os directores de turma desenvolvem a sua função.

O CE mostra abertura e disponibilidade para os diferentes actores educativos.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

O CE mostra abertura à inovação e capacidade de mobilizar os apoios necessários para a tornar consistente, sendo exemplo a oferta educativa, com a criação de cursos CEF e a introdução da disciplina de Espanhol no 7.º ano, e procura novas oportunidades, que lhe permitam alargar o serviço educativo prestado, designadamente alargando o ensino do Espanhol a adultos em regime pós-laboral.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

O AGEB estabeleceu parcerias, em áreas que favorecem e mobilizam os alunos, nomeadamente com a Câmara Municipal de Loures, a Junta de Freguesia de Bucelas, a Associação de Bombeiros de Bucelas, a Guarda Nacional Republicana e a Associação dos Idosos da Freguesia de Bucelas e conta com uma participação activa e empenhada dos parceiros.

O AGEB envolveu-se em diferentes projectos, quer a nível local quer nacional, como sejam, a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, o Plano Nacional de Leitura, o Plano de Acção para Matemática, e o projecto de âmbito nacional, que se traduz na recolha de pequenos electrodomésticos para posterior reciclagem - Ponto Electrão.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

O AGEB, desde o ano 2004/2005, analisa os resultados académicos dos alunos e compara-os com os resultados obtidos, na avaliação sumativa externa e com as médias nacionais. Esta análise é realizada nos vários órgãos e estruturas do Agrupamento e dela resulta um relatório que é apresentado à comunidade educativa.

No ano lectivo 2007/2008, foi constituída uma equipa de auto-avaliação que, inicialmente integrava, apenas dois docentes e, actualmente, conta com cinco. No entanto, não se encontra representado mais nenhum sector da comunidade escolar. A equipa elaborou 4 questionários que foram aplicados aos vários intervenientes do processo educativo (Pessoal Docente, Pessoal Não Docente, EE e Alunos), com o objectivo de conhecer o grau de satisfação relativamente à organização, gestão e administração do Agrupamento, bem como o conhecimento dos instrumentos de autonomia do mesmo. Posteriormente foi elaborado um relatório que foi divulgado à comunidade educativa. Nele constam pontos fortes e debilidades e propostas de intervenção. Uma delas consiste na melhoria dos instrumentos utilizados, nomeadamente na clarificação de conceitos, para assegurar uma maior fiabilidade do processo de modo a garantir a implementação de uma cultura institucional de auto-avaliação. Não foram recolhidas evidências de que destas práticas tenha resultado um plano de melhoria.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

O Agrupamento identificou os pontos fortes e fracos, em algumas áreas do seu funcionamento, no entanto, a reduzida abrangência do processo de auto-avaliação e a falta de um plano de melhoria não asseguram a sustentabilidade do progresso do Agrupamento.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas de Bucelas** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- O empenho e a disponibilidade dos directores de turma, no apoio e no acompanhamento dos alunos, têm contribuído para a redução da indisciplina;
- A articulação entre os professores da educação especial e de apoio educativo com os directores de turma, com os professores e com os pais e encarregados de educação dos alunos apoiados;
- A realização de reuniões periódicas do Conselho Executivo com os representantes dos pais e encarregados de educação das turmas;
- O empenho do Agrupamento em fomentar a participação e envolvimento da comunidade local visando a melhoria da prestação do serviço educativo;
- A influência positiva do Conselho Executivo e do Conselho Geral Transitório na consolidação das orientações definidas.

Pontos fracos

- A falta de envolvimento dos alunos na elaboração e discussão do Projecto Educativo e no Projecto Curricular do Agrupamento, não estimula a sua capacidade crítica;
- A insuficiente articulação entre os vários níveis e ciclos de educação e entre os departamentos curriculares;
- A reduzida abrangência do processo de auto-avaliação e a falta de implementação de planos de melhoria.

Oportunidade

- A criação de um Centro de Novas Oportunidades, como forma de valorização da escola e de elevação das expectativas dos encarregados de educação.

Constrangimento

- A inexistência de instalações cobertas para a prática de Educação Física.